



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 3\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex

Assinaturas	Anual		Semestral	
	Assinatura	Correio	Assinatura	Correio
Completa	4 000\$00	1 350\$00	2 240\$00	675\$00
1.ª série	1 600\$00	800\$00	900\$00	400\$00
2.ª série	1 600\$00	800\$00	900\$00	400\$00
3.ª série	1 600\$00	800\$00	900\$00	400\$00
Duas séries diferentes ..	3 000\$00	1 000\$00	1 740\$00	500\$00
Apêndices	1 150\$00	150\$00	—	—

O preço dos anúncios é de 30\$ a linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado, a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

tuição, resolveu designar, em sessão plenária de 3 de Fevereiro de 1981, o conselheiro Eudoro Martins Pamplona Moniz de Sá Corte Real para o cargo de Provedor de Justiça.

Assembleia da República, 3 de Fevereiro de 1981. —
O Vice-Presidente da Assembleia da República em exercício, *António Jacinto Martins Canaverde*.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Resolução n.º 9-B/81:

Designação do Provedor de Justiça.

Resolução n.º 9-C/81:

Designação para a Comissão Constitucional.

Resolução n.º 9-C/81

Designação para a Comissão Constitucional

A Assembleia da República, nos termos do n.º 4 do artigo 169.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 283.º da Constituição, resolveu designar, em reunião plenária de 3 de Fevereiro de 1981, o Dr. José Manuel Moreira Cardoso da Costa como vogal da Comissão Constitucional.

Assembleia da República, 3 de Fevereiro de 1981. —
O Vice-Presidente da Assembleia da República em exercício, *António Jacinto Martins Canaverde*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução n.º 9-B/81

Designação do Provedor de Justiça

A Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 24.º e do n.º 4 do artigo 169.º da Consti-